



Revista da Universidade Vale do Rio Verde  
ISSN: 1517-0276 / EISSN: 2236-5362  
Vol. 16 | n. 1 | Ano 2018

**Reginaldo Morais de Macedo**

Universidade Estadual de Montes Claros  
Faculdades Santo Agostinho e Prisma  
reginaldo.m.macedo@gmail.com

**Ivan Beck Ckagnazaroff**

Universidade Federal de Minas Gerais  
ivanbeck00@gmail.com

## NEO-INSTITUCIONALISMO: DISCUSSÃO ACERCA DA TEORIA E SUAS VERTENTES

### RESUMO

O objetivo deste trabalho foi estabelecer um diálogo inicial com a significativa teoria neo-institucional apresentando seus pontos convergentes e divergentes a fim de subsidiar uma melhor compreensão acerca de suas vertentes (diversas) e que se estendem da Sociologia, à Economia e à Ciência Política. Em termos metodológicos, a pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, sendo exploratória em sua definição e utilizando-se da análise crítica e contextualizada do material bibliográfico, o qual buscou-se utilizar artigos e obras consideradas de base na Teoria Neo-Institucional. A Teoria Neo-Institucional estrutura-se em diversas áreas do conhecimento, em específico, a Sociologia, a Economia e a Ciência Política, a partir de um conjunto de premissas específicas que, em maior ou menor grau, podem permitir interações entre tais áreas. Apesar das dificuldades decorrentes das múltiplas vertentes da Teoria Neo-Institucional, sugere-se aos interessados que persistam na busca pela compreensão da perspectiva de realidade proposta pela Teoria Neo-Institucional, assim como nos processos de interação e atuação nesta realidade mediada pelas instituições.

**Palavras-chave:** Teoria Neo-Institucional. Institucionalismo. Vertentes Neo-Institucionais.

## NEO-INSTITUTIONALISM: DISCUSSION ON THE THEORY AND SHEDS

### ABSTRACT

The aim of this study was to establish an initial dialogue with significant neo-institutional theory presenting their convergent and divergent in order to aid a better understanding of its aspects, diverse and extending from sociology to economics and political science. In terms of methodology, the research is based on qualitative approach and exploratory in defining and using critical and contextualized analysis of bibliographic material, which sought to use articles and works considered based on theory NeoInstitutional . Neo-institutional theory is structured in different areas of knowledge, in particular, Sociology, Economics and Political Science, from a set of specific assumptions that, to a greater or lesser extent, may allow interactions between these areas. Despite the difficulties arising from multiple aspects of Neo-institutional theory, it is suggested to interested parties to persist in seeking to understand the reality of perspective proposed by the Neo-institutional theory, as well as in the processes of interaction and activities in this reality mediated by the institutions.

**Keywords:** Neo-institutional theory. Institutionalism. Strands Neo-Institutional.

## INTRODUÇÃO

A Teoria Neo-Institucional tem se tornado cada vez mais presente como base para a busca da compreensão de conceitos e processos em uma ampla gama de organizações, o que pode ser percebido pela profícua produção de pesquisas e estudos nas áreas de Gestão Pública e Privada, Sociologia, Economia e Ciência Política.

Contudo, a leitura desta produção pode, em primeiro momento, conduzir o leitor menos afeito às complexas relações neo-institucionais a um sentimento de incompreensão acerca do que, efetivamente, se trata a Teoria Neo-Institucional, quais suas vertentes, limites e interações.

O objetivo deste trabalho foi estabelecer um diálogo inicial com a significativa teoria neo-institucional apresentando seus pontos convergentes e divergentes a fim de subsidiar uma melhor compreensão acerca de suas vertentes.

Em termos metodológicos, a pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, sendo exploratória em sua definição e utilizando-se da análise crítica e contextualizada do material bibliográfico, o qual buscou-se utilizar artigos e obras consideradas de base na Teoria Neo-Institucional.

Além dos autores citados diretamente neste trabalho, sugere-se, adicionalmente, para maior compreensão acerca das especificidades da Teoria Neo-Institucional a leitura dos seguintes trabalhos, em função da discussão conduzida, a saber: Lallement (2006) que recupera o processo

de gênese da sociologia econômica a partir das origens e relações entre as escolas alemã e americana; Peci (2006) que efetiva uma análise crítica da aplicação da nova Teoria Institucional em estudos organizacionais; Silva, Pereira e Alcântara (2012) que conduzem um estudo acerca das relações e interfaces epistemológicas entre a Administração Pública, o Institucionalismo e o Capital Social; e Rezende (2012) que discute de forma profunda o processo de mudança a partir da teoria neo-institucional.

## DESENVOLVIMENTO

### Neo-Institucionalismo: Origem e Conceitos

A gênese do Neo-Institucionalismo fundamenta-se na intenção dos pesquisadores em analisar e responder às alterações no conceito e impacto das instituições tradicionais quer sejam de âmbito social, político ou econômico, considerando o significativo crescimento da estrutura e da complexidade das instituições, do quantitativo de recursos disponibilizados e de sua importância na dinâmica da vida coletiva. O enfoque analítico comportamental passou a referenciar as instituições como arenas em que ocorrem os processos fundamentais, ao passo que o enfoque normativo passou de posicionamento ético coletivo para a análise individual e de interesses em conflito (MARCH; OLSEN, 2008). “A necessidade de se levar em conta, a fim de se compreender a ação dos indivíduos e suas manifestações coletivas, as mediações entre as

estruturas sociais e os comportamentos individuais” diferencia o Institucionalismo dos demais paradigmas intelectuais, em especial daqueles baseados no individualismo metodológico. (THÉRET, 2003, p. 225)

O Velho Institucionalismo, de base normativa, não apresentava, como objetivo, teorias de médio alcance as quais pudessem representar evolução nas pesquisas comparativas, e consistia-se, principalmente, mas não exclusivamente, de enfoque centrado na análise e avaliação de estruturas legais, administrativas e/ou políticas (THELEN; STEINMO, 1992).

O Velho- e o Novo- Institucionalismo não são, de fato, idênticos, mas a definição ocorre em termos de evolução e não de contraposição ou mesmo abandono dos conceitos anteriormente estabelecidos (MARCH; OLSEN, 2008).

Também não são inteiramente novas as ideias institucionalistas. Ao designar essa nova coleção de ideias de “neo-institucionalismo”, queremos fazer notar o fato de que houve, com efeito, um “velho institucionalismo”, que ciclos no mundo das ideias trouxeram-nos de volta considerações que tipificaram formas anteriores de teoria na Ciência Política [...] Provavelmente, seria mais exato descrever o pensamento recente como combinando elementos de um velho institucionalismo aos estilos não-institucionalistas de recentes teorias da política. (MARCH; OLSEN, 2008, p. 126)

O conceito de instituição, entretanto, ainda se encontra envolvido em debate, uma vez que vários entendimentos existem e mesmo na teoria institucional não se encontra pacificado, sendo, normalmente, compreendido como o conjunto tanto das organizações quanto das regras que define os padrões de interação tanto intra- quanto inter-organizacionais e, que, em última instância, possibilitam a consolidação das

estruturas (OSTROM, 2007), ou em outras palavras, “em sentido amplo, para referir-se aos conceitos compartilhados utilizados por seres humanos em situações repetitivas organizadas por regras, normas e estratégias” (OSTROM, 2007, p. 37).

As instituições são os espaços de mediação entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais (THÉRET, 2003). Pode-se também afirmar que são o resultado do embate entre os diversos atores envolvidos na busca por mais poder, embora estes não sejam, obrigatoriamente, os mesmos atores que tomarão parte nos conflitos posteriores (IMMERGUT, 1996). A capacidade dos atores em impor-se ou formar coalizões definem, em última instância, seu poder para formar regras, considerando-se, ainda, que tal processo é de base histórica (FLIGSTEIN, 1991).

No que se refere ao estabelecimento de políticas públicas, as instituições podem influenciar decisivamente o comportamento dos formuladores de políticas públicas garantindo o distanciamento necessário das pressões sociais para manutenção da relativa autonomia necessária para seu desenvolvimento (PIERSON, 1994). A perspectiva institucional pode auxiliar a melhorar as políticas públicas, uma vez que o estudo das políticas públicas permitiu aprofundar o conhecimento das instituições, chegando a conclusão que a teoria institucional propicia uma base de análise crítica a qual permite compreender melhor o processo político, bem como os processos relacionados às políticas públicas (IMMERGUT, 2007).

As dificuldades mais importantes envolvidas nos estudos organizacionais são, a saber: a) a existência de múltiplos conceitos de

“instituição”; b) a dificuldade em identificar e mensurar as características das instituições; c) as condições de multi-, inter- e transdisciplinaridade dos conceitos inerentes às instituições; d) os diferentes níveis em que a análise deve ser definida e realizada; e e) a dificuldade em compreender as relações inerentes entre os diversos fatores de conformação das instituições (OSTROM, 2007).

### **Neo-Institucionalismo e suas Vertentes**

O Neo-Institucionalismo é um conjunto multidimensional e não unificado de visões acerca da dinâmica social baseada em instituições (DIMAGGIO; POWELL, 2005; HALL; TAYLOR, 2003; PERES, 2008; THELEN; STEINMO, 1992; THÉRET, 2003) cujas premissas são, a saber: a) o comportamento percebido não é base confiável suficiente para explicar as preferências e interesses dos indivíduos ou grupos sociais; b) a ideia de agregação comportamental, aceita no behaviorismo, traz problemas conceituais em seu bojo, uma vez que a soma de interesses para ser realizada parte da uniformização e redução a um padrão, o que não traz, necessariamente, aos mesmos resultados; e c) as instituições são passíveis de reforma a fim de corrigir eventuais distorções em suas configurações (IMMERGUT, 1998). Contudo, a característica mais marcante do Neo-Institucionalismo é a busca por uma visão inovadora dos meios pelos quais as instituições interferem, conformam e influenciam as práticas e processos sociais (PIERSON, 1994), sendo que, de forma geral, os institucionalistas estão interessados em analisar e compreender o conjunto de estruturas públicas e privadas “que

moldam como os atores políticos definem seus interesses e estruturam suas relações de poder com outros grupos”. (THELEN; STEINMO, 1992, p. 2)

Para Dimaggio e Powell (1997), as vertentes neo-institucionais confundem-se com as disciplinas em que são mais proeminentes: em Economia, a Economia Institucional; na Sociologia, a Teoria das Organizações; e na Ciência Política, a Teoria da Escolha Racional.

Hall e Taylor (2003), em Ciência Política, prevêm a ocorrência de três vertentes neo-institucionalistas: Histórica, da Escolha Racional e Sociológica.

Théret (2003), por sua vez, defende a existência de três correntes neo-institucionais também para a Economia: Nova Economia Institucional ligada à Escolha Racional; Economia das Convenções equivalente à vertente Sociológica; e Teoria das Regulações, que pode ser associada ao Institucionalismo Histórico, e para a Sociologia refere-se às correntes Histórica, da Escolha Racional e Sociológica Cultural.

A análise pormenorizada das vertentes tanto no escopo da Ciência Política (HALL; TAYLOR, 2003) quanto da Economia e da Sociologia (THÉRET, 2003) remontam aos neo-institucionalismos Histórico, da Escolha Racional e Sociológico (THÉRET, 2003). A diferenciação entre estas vertentes pode ser realizada a partir de duas grandes oposições, quais sejam, a) o peso dos conflitos de interesse e de poder ou à coordenação entre os indivíduos na gênese das instituições; e b) o nível de contribuição que fatores como a racionalidade instrumental, a cultura e/ou as representações apresentam sobre as relações entre as instituições

e o comportamento dos indivíduos (PERES, 2008; THÉRET, 2003). As duas primeiras vertentes compartilham de forma mais contundente a intenção de compreender o processo pelo qual a estrutura influencia as políticas estratégicas e os resultados obtidos, embora a forma como o fazem é substancialmente diferente e se encontra no processo de formação das preferências: para a primeira trata-se de processo exógeno, ao passo que para a segunda, é endógeno (THELEN; STEINMO, 1992; THÉRET, 2003). A contraposição entre o peso do interesse racional individual (endogenia) e o impacto dos arranjos institucionais sobre o de tomada de decisão (exogenia) estabelece-se como o ponto de análise para compreensão das vertentes neo-institucionais. (PERES, 2008)

O Institucionalismo Histórico foi uma resposta simultaneamente às tradições behaviorista (IMMERGUT, 1998; THELEN; STEINMO, 1992) e estrutural-funcionalista, embora em ambos também tenha se fundamentado, e parte do conceito de instituição como conjunto de “[...] procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional [...]” apoiando-se nos seguintes pressupostos, a saber, conforme Hall e Taylor (2003, p. 196): a) a generalidade na definição das relações entre os indivíduos e as organizações; b) a importância das relações de poder, em especial, das consideradas assimétricas; c) “uma concepção do desenvolvimento institucional que privilegia as trajetórias, as situações críticas e as consequências imprevistas” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 196); e d) a busca pela interpretação e compreensão dos fenômenos a partir das relações

e da predição dos comportamentos (HALL; TAYLOR, 2003).

Os institucionalistas históricos trabalham, então, como uma visão de instituição a qual abrange tanto organizações formais quanto normas e processos informais em que ambos definem e conduzem à estrutura. Ressalte-se que esta corrente busca construir interpretações e teorias de médio alcance, seja entre teorias baseadas no estado e baseadas na sociedade, bem como entre análises sociais em nível nacional e regional ou regional e local. (THELEN; STEINMO, 1992)

De início, o objetivo do comportamento racional é minimizar a incerteza em relação ao que se espera, em termos de processo de tomada de decisão, dos demais indivíduos, enfatizando o “caráter instrumental e estratégico do indivíduo” (THÉRET, 2003, p. 228). De acordo com Menicucci (2007, p. 21), a vertente histórica, baseada no modelo analítico proposto por Pierson, norteou “a interpretação da política de assistência à saúde no Brasil”.

Incorporando a análise histórica, é possível elucidar os mecanismos causais que atuam no processo de constituição e implementação da política de assistência à saúde e fugir do risco de certo determinismo institucional. Isso porque, ao fim e ao cabo, a política é sempre resultado de escolhas definidas politicamente [...] Assim, a análise histórica permite prover uma estrutura analítica para avaliar a relação entre escolhas e determinações na compreensão da vida política, entendendo instituições como produto do conflito político e de escolhas, mas ao mesmo tempo, modelando o comportamento político; ou podendo modelar e restringir as estratégias políticas, mas também sendo resultado, consciente ou não, pretendido de estratégias políticas deliberadas. (MENICUCCI, 2007, p. 37)

O Institucionalismo da Escolha Racional parte do estudo de, em sendo as decisões

tomadas única e exclusivamente em nível individual como a teoria da escolha racional, como se formam os consensos e são tomadas decisões em nível social, sendo bases conceituais desta corrente (HALL; TAYLOR, 2003), a saber: a) gostos e preferências são estabelecidos e a busca pela maximização da satisfação define as estratégias e as ações; b) a análise é a-histórica, ou seja, os resultados são obtidos a partir da aplicação da estratégia devidamente prevista e calculada e não a partir da vivência histórica decorrente de ações anteriores; e c) as instituições são definidas com o objetivo de propiciarem a maximização das satisfações pessoais, ou seja, “o processo de criação de instituições é geralmente centrado na noção do acordo voluntário entre os atores interessados” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 206), ou ainda, “são vistas como o resultado intencional, quase contratual, e funcional de estratégias de otimização de ganho por parte dos agentes” (THÉRET, 2003, p. 228), sendo passíveis de alteração quando isto se fizer necessário.

Exemplos particularmente interessantes são obtidos a partir da Teoria de Jogos em que se partindo do estabelecimento das regras (instituições) modificam-se as alternativas disponíveis para os atores e, portanto, as decisões e ações a serem realizadas (THELEN; STEINMO, 1992). Ostrom (2007) apresenta um *framework* para a análise institucional a partir desta vertente, a partir do qual identifica-se a arena em que as disputas de interesses ocorrem, assim como os padrões de interação existentes, os resultados esperados e obtidos e a aplicação dos critérios de avaliação sobre tais resultados, visando estabelecer um mecanismo dinâmico de retroalimentação que influenciam as instituições.

Por sua vez, “[...] o institucionalismo sociológico surgiu no quadro da teoria das organizações”, trazendo à luz a discussão de que as estratégias e ações não são definidas com base apenas na busca pela eficiência, mas também pelas interações culturais. Nesta corrente, o conceito de instituição é mais amplo envolvendo também “os sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem ‘padrões de significação’ que guiam a ação humana” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 207).

Nesta linha, a institucionalização é “um processo condicionado pela lógica de conformidade às normas socialmente aceitas, bem como pela incorporação de um sistema de conhecimento construído ao longo da interação social” e, desta forma, a legitimidade torna-se conceito fundamental (MACHADO-SILVA et al., 2003, p. 180).

### **Neo-Institucionalismo e a Teoria Organizacional**

As organizações encontram-se vinculadas a três contextos, sendo o primeiro representado pela própria estrutura e seu conjunto de estratégias e intenções, o segundo formado pelo campo organizacional em que a mesma se encontra inserida e o terceiro, o Estado (FLIGSTEIN, 1991).

O campo organizacional constitui o conjunto de organizações, direta ou indiretamente relacionadas à organização analisada, e que a influenciam e são influenciadas pela mesma. O Estado sob a forma de normas legais instituídas, materializadas por meio de uma burocracia, influencia consideravelmente as organizações

(DiMAGGIO; POWELL, 2005; FLIGSTEIN, 1991). Para DiMaggio (1982) *apud* DiMaggio e Powell (2005, p. 76), “[...] estrutura de um campo organizacional não pode ser definida a priori, mas precisa ser definida com base em investigações empíricas. Os campos existem somente na medida em que puderem ser definidos institucionalmente”.

As interações entre as organizações, por sua vez, ocorrem em arenas, nas quais, (FLIGSTEIN, 1991) a) são estabelecidas as regras; b) ocorrem as ações relevantes para a organização; c) desenvolvem-se as relações de poder; e d) as organizações se estruturam.

Uma vez que as organizações, mesmo com ambientes internos diferentes, reúnem-se em um mesmo campo organizacional, “forças poderosas emergem, levando-as a se tornarem mais similares umas às outras”, sendo que a este processo de homogeneização denomina-se isomorfismo (DiMAGGIO; POWELL, 2005, p. 76), “que constitui um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais” (HAWLEY, 1968 *apud* DiMAGGIO; POWELL, 2005, p. 76), havendo, dois tipos, quais sejam: o competitivo e o institucional (FENNEL, 1980 *apud* DiMAGGIO; POWELL, 2005; MEYER, 1979 *apud* DiMAGGIO; POWELL, 2005; ORRÚ; BIGGART; HAMILTON, 1991).

O primeiro refere-se às adequações organizacionais motivadas pela racionalidade sistêmica visando à maximização dos resultados nos processos competitivos (ORRÚ; BIGGART; HAMILTON, 1991), ao passo que o último constitui-se “[...] uma ferramenta útil para compreender a política e o cerimonial que

permeiam parte considerável da vida organizacional moderna”. (DiMAGGIO; POWELL, 2005, p. 77)

Em relação à mudança, este “[...] é um problema essencial para a análise institucional, que, entretanto, apresenta certo paradoxo já que, por definição, as instituições devem demonstrar capacidade de permanência (estabilidade), como podem estar preparadas para a mudança”. A resposta para este aparente descompasso encontra-se no fato de a força explicativa da teoria institucional “[...] está em mostrar por que inputs e outputs podem se articular de modo distinto em diferentes sistemas [...]”, sendo entendidos os inputs como as demandas geradas no âmbito dos grupos sociais e os outputs as formalizações ou dispositivos específicos da legislação inerentes e relacionados ao problema que se pretende identificar, analisar e/ou resolver. (IMMERGUT, 1996, p. 139)

A mudança isomórfica institucional, de acordo com, DiMaggio e Powell (2005, p. 77) fundamenta-se em três mecanismos, a saber: a) o **isomorfismo coercitivo**, afeito à influência política e a busca de legitimidade, relacionando-se, simultaneamente, às pressões formais (normas legais e regulamentos; admitindo-se que o papel da burocracia estatuída é singularmente importante), bem como, as condições, expectativas e dinâmicas sócio-culturais, e ainda, às pressões e interações mútuas entre as diversas organizações presentes no campo em que se situam; b) o **isomorfismo mimético** compreende o conjunto de adaptações decorrentes da necessidade de se reduzir à incerteza no ambiente interno, a qual pode ter sido gerada pelo próprio ambiente organizacional mal definido ou pela inadequada ou completa falta de compreensão da

dinâmica do campo organizacional; assim, a imitação torna-se um processo pelo qual a organização ajusta-se, primeiro interna e, depois, externamente, a um padrão considerado “seguro” e que possa ser copiado (a modelagem, ou seja, o processo de busca e adoção de um modelo pode ocorrer de forma involuntária, indireta ou explícita, variando, nestes casos, o nível de consciência em que a organização realiza as adequações estruturais e estratégicas); e c) o **isomorfismo normativo** que se refere às influências provocadas pela profissionalização, entendida como a formação de profissionais mais capacitados em termos de educação formal e coletivamente estabelecidos em redes com interesses previamente definidos; universidades e associações profissionais propiciam a formação de uma mão-de-obra que pode ser deslocada entre as organizações de um mesmo campo diminuindo, em última instância, a capacidade de controle e retenção destes profissionais por tempo superior àquele considerado suficiente pelos mesmos, gerando instabilidade nas relações inter- e intra-organizacionais.

Adicionalmente, os mecanismos isomórficos institucionais supracitados são associados às correntes da Teoria Institucional, a partir de critérios ou pilares, em concordância com a ênfase em elementos regulativos, normativos e cognitivos. A linha baseada no pilar regulativo “se baseia em pressupostos realistas sociais” visando à minimização e/ou solução de conflitos por meio da criação de normas ou regulamentos formais. Por sua vez, a linha baseada no pilar normativo, a legitimação é obtida partir da aplicação de parâmetros morais e éticos, sendo sua base a utilização de códigos morais e o fortalecimento de comportamentos

apropriados. Por fim, a linha de base cognitiva “apresenta uma lógica de conhecimentos culturalmente difundidos e socialmente aceitos” e a legitimidade se insere a partir da noção de compartilhamento. (MACHADO-SILVA *et al.*, 2003, p. 181-182)

O processo de definição ou “estruturação” institucional consiste em quatro elementos: um aumento da amplitude da interação entre as organizações no campo; o surgimento de estruturas de dominação e padrões de coalizões interorganizacionais claramente definidos; um aumento na carga de informação com a qual as organizações dentro de um campo devem lidar; e o desenvolvimento de uma conscientização mútua entre os participantes de um grupo de organizações de que estão envolvidos em um negócio comum. (DiMAGGIO; POWELL, 2005, p. 76)

Cabe, neste aspecto, a crítica de que o estabelecimento de condições estanques permite apenas a predição de cenários fixos, o que dada a própria dinâmica isomórfica e a necessidade de um conjunto significativo de variáveis, relações e interações, não são suficientes para sua adoção estratégica; apesar de constituir-se de exercício mental apropriado em termos de simulação, mas inócuo em termos de resultados estratégicos.

À parte da discussão acerca da predição, o processo pelo qual as mudanças ocorrem no ambiente organizacional, denominado institucionalização (FLIGSTEIN, 1991), é especialmente importante e pode ser descrito a) a partir da percepção da necessidade de adaptação (mudança baseada nos processos isomórficos, na maioria das vezes); b) a habitualização que “envolve a geração de novos arranjos estruturais” (TOLBER; ZUCKER, 1999, p. 204) em resposta aos estímulos externos ou necessidades internas, inicialmente, sob a forma de pré-institucionalização, ou seja, a adoção limitada ou



circunscrita da nova estrutura, para, em seguida, caso o novo hábito seja considerado relevante, passar-se ao nível de c) objetificação, no qual a nova estrutura é disseminada, a partir da formação de consenso acerca de sua relevância e correlação entre os resultados obtidos e os esperados, passando-se, então, à busca de uma legitimação cognitiva e normativa organizacional baseada em teoria firme, chegando, por fim, à fase de d) sedimentação que se apóia “na continuidade histórica da estrutura, e, especialmente, em sua sobrevivência pelas várias gerações de membros da organização”, propiciando a difusão e a legitimação simultaneamente da nova estrutura pela e através da antiga estrutura, alterando-lhe a forma, ajustando-se de forma definitiva, substituindo-a naquilo em que se isto se fizer relevante e necessário e, por fim, ressaltando seus benefícios (TOLBER; ZUCKER, 1999, p. 207).

Adicionalmente, Berger e Luckman (1967) apud Machado-Silva, Guarido-Filho, Nascimento e Oliveira (2003), definem o processo de “construção do mundo institucional” em três momentos, quais sejam: a exteriorização, a objetivação e a interiorização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria Neo-Institucional estrutura-se em diversas áreas do conhecimento, em específico, a Sociologia, a Economia e a Ciência Política, gerando diversas vertentes que, sob determinados aspectos, podem afastar-se ou aproximar-se de maneira significativa, as quais buscam refletir, analisar, compreender e incentivar a dinâmica social, e, em última instância, a mudança social.

Contudo, em todas as vertentes, a instituição, compreendida como o espaço de mediação entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais ou ainda como as arenas em que se desenvolve o jogo de interesses e as disputas de poder, é a base da Teoria Neo-Institucional. Note-se que sob determinados aspectos, Velho e Novo Institucionalismo representam muito mais um processo evolucionário que revolucionário.

Finalmente, este estudo não pretende esgotar o assunto, dadas a importância e complexidade do mesmo, e, portanto, sugere-se a realização de novas pesquisas dedicadas a discutir a Teoria Neo-Institucional, suas especificidades e impactos nos processos de análise, compreensão, modelagem e intervenção nos ambientes econômicos, sociais e organizacionais

## REFERÊNCIAS

- DiMAGGIO, P.J.; POWELL, W.W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 45, n. 2, p. 74-89, abr/jun. 2005.
- FLIGSTEIN, N. The structural transformation of American industry: an industrial account of the causes of diversification in the largest firms, 1919-1979. In: POWELL, W.W.; DiMAGGIO, P.J. (ed.). **The institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R.. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-224, 2003.
- IMMERGUT, E.M. As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n. 30, ano 11, fev. de 1996.
- \_\_\_\_\_. Institutional constraints on policy. In: GOODIN, R.E.; REIN, M.; MORAN, M. (Edi.). **The**

**Oxford handbook of Public Policy.** Oxford University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. The theoretical core of the New Institutionalism. **Politics and society**, v. 26, n. 1, p. 5-34, 1998.

LALLEMENT, Michel. Raízes alemãs da sociologia econômica. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 375-394, jun. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&id=S0103-20702006000100019&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&id=S0103-20702006000100019&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 26 set. 2016.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L. *et al.* Institucionalização da mudança na sociedade na sociedade brasileira: o papel do formalismo. In: VIEIRA, M.M.F.; CARVALHO, C.A.P. (org.). **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Neo-Institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista Sociol. Política**. vol. 16, n. 31, p. 121-142, nov. 2008.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. **Público e Privado na Política de Assistência à Saúde no Brasil**: atores, processos e trajetória. Rio de Janeiro: Editora FioCRUZ, 2007.

ORRÚ, M.; BIGGART, N.W.; HAMILTON, G.G. Organizacional isomorphism in East Asia. In: POWELL, W.W.; DiMAGGIO, P.J. (ed.). **The institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

OSTROM, Elinor. Institutional Rational Choice: An Assessment of the Institutional Analysis and Development Framework. In: SABATIER, Paul A. **Theories of Policy Process**. 2nd. Cambridge: Westview Press, 2007.

PECI, Alketa. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 01-12, mar. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&id=S1679-39512006000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&id=S1679-39512006000100006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 set. 2016.

PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou Instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 23, n. 68, p. 53-71, out. 2008.

PIERSON, Paul. **Dismantling the Welfare State**: Reagan, Thatcher, and the Politics of Retrenchment. London: Cambridge University Press, 1994.

REZENDE, Flávio da Cunha. Convergências e controvérsias sobre a mudança institucional: modelos

tradicionais em perspectiva comparada. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 37-51, fev. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&id=S0104-44782012000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&id=S0104-44782012000100004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 set. 2016.

SILVA, Edson Arlindo; PEREIRA, José Roberto; ALCANTARA, Valderi de Castro. Interfaces epistemológicas sobre administração pública, institucionalismo e capital social. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 20-39, mar. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&id=S1679-39512012000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&id=S1679-39512012000100004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 26 set. 2016.

THELEN, Kathleen; STEINMO, Sven. Historical institutionalism in comparative politics. In: STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen; LONGSTRETH, Frank. Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis. London: Cambridge University Press, 1992.

THÉRET, Bruno. **As instituições entre as estruturas e as ações**. Lua Nova. n. 58, p. 225-254, 2003.

TOLBER, P.S.; ZUCKER, L.G. A institucionalização da teoria organizacional. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. (org.). **Handbook de estudos organizacionais**: volume 1. São Paulo: Atlas, 1999. (p. 196-219).

---

#### **Reginaldo Morais de Macedo**

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros. Professor da Universidade Estadual de Montes Claros (Departamentos de Ciências da Administração e da Computação) e das Faculdades Santo Agostinho (Engenharia de Produção) e Prisma (Administração)

---

---

#### **Ivan Beck Ckagnazaroff**

Doutorado em *Doctoral Programme Aston Business School* pela *Aston University* (Inglaterra). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor titular da Universidade Federal de Minas. Orientador de mestrado e de doutorado.

---